

## LEMBRANDO CASTELLO BRANCO

Francisco Iglésias

O brasilianista Foster Dulles continua sua atividade de historiador: depois de um livro sobre Getúlio Vargas e outro sobre anarquistas e comunistas no Brasil, oferece agora um estudo do governo de Castello Branco (**Castello Branco, o Presidente Reformador**, Ed. da Universidade de Brasília, 1983). Pelo alentado volume — mais de 500 páginas —, como pela natureza da obra, destina-se a público restrito. O autor apresenta-se aqui como em suas outras produções: pesquisador incansável, lê quanto sabe existir sobre os assuntos, não recuando ante dificuldades; dedicando-se longos meses à investigação, faz entrevistas sem conta, anota tudo, lê os jornais e os documentos privados. É pesquisador correto. Expõe com clareza, mas a estrutura de seus livros é convencional, como se vê no presente, em que faz a reconstituição do governo de 1964 a 67, da posse à transmissão do cargo. Há pouca interpretação, o estilo é eminentemente narrativo. Falta-lhe o brilho para captar grandes linhas ou traçar quadros, pouco pretendendo além da narração linear.

Não é desprezível seu esforço, contudo, pois o investigador não recusa trabalho. Se o dedicado a Vargas é um tanto frouxo, a quantidade de elementos no estudo de anarquistas e comunistas compensa a insuficiência da compreensão ou os preconceitos que lhe toldam entendimento mais seguro. Dá, assim, contribuição valiosa à bibliografia. O mesmo se pode dizer do atual. Foster Dulles firma o conceito de brasilianista operoso: capacidade de trabalho, preparo para a pesquisa, recursos de tempo e material, penetração correta, mas quase sempre insuficiente. Não se compromete demais, como alguns de seus companheiros, por não ser audacioso, guardando-se nos limites da exposição. Também não é autor privilegiado, como raros de seus colegas, com a força de análises brilhantes e sínteses felizes. Melhor não citar nomes, pois escapa ao propósito do arquivo o balanço da historiografia brasileira feita nos Estados Unidos.

Entre as notas positivas desse esforço, que já produziu dezenas de livros e teses, está a preferência por temas contemporâneos. A princípio essa característica era vantajosa, pois os historiadores brasileiros, seguindo preconceito tradicional, só pensavam na análise de épocas recuadas, como se o presente não fosse objeto de estudo. Estrangeiros e outros cientistas sociais, cultivando a história contemporânea, ante alguns êxitos passaram a ser imitados por brasileiros. Houve excesso na nova tônica e hoje pode já

ser denunciado o mal oposto: cultivo só do presente e esquecimento ou abandono de outras fases, como se não tivessem nenhum interesse. Afinal, a pesquisa do presente pode ser mais fácil, pois não requer largas incursões, conhecimento de técnicas especiais de elaboração e até apuro para ler e interpretar textos antigos. A história do presente é sedutora, mas pode implicar o risco da superficialidade, da reportagem meramente jornalística, como se vê em muito da historiografia de agora.

No presente livro aparecem algumas das virtudes da produção de obras sobre período recente. Há abundância de fontes, públicas e privadas. O autor pôde consultar anotações e cartas de seu biografado; conversou com dezenas de pessoas que o conheceram ou trabalharam com ele; ouviu-os em uma ou mais entrevistas. Procurando aliados e adversários, teve várias versões de episódios decisivos, de modo a poder retratá-los com fidelidade. É visível no estudioso a simpatia pelo seu tema: Dulles admira Castello Branco. Procura ser isento na apresentação da pessoa e dos episódios em que se envolve. Consegue-o em parte, pois não há passagem laudatória ou tendenciosa com vista ao engrandecimento. Dada a natureza do período, não é fácil guardar reserva. Para um brasileiro é mesmo bastante difícil, pois a ação é recente e tem ainda desdobramento. Não se vá dizer, contudo, ser possível ao estrangeiro, se este pode ser também comprometido afetivamente e até por interesse. O autor viveu algum tempo no Brasil e tinha negócios de vulto, podendo sofrer os desvios de qualquer um, com a agravante de captação apenas parcial do visto. Deve ser difícil para um estrangeiro, por mais que saiba a língua portuguesa e tenha a vivência de anos no País, captar um processo político tão sinuoso como o nosso, no qual nem sempre há lógica e coerência. Se o Brasil desconcerta os brasileiros, mais ainda deve desconcertar os estrangeiros.

A arquitetura da obra é convencional. Segue a cronologia, dividindo os anos em períodos dominados por uma preocupação mais viva. A começar do primeiro capítulo, no qual mostra como um homem desconhecido, até então militar de carreira comum, é de súbito guindado à posição de relevo em golpe de Estado contra a ordem constituída. O momento era difícil: dois governos marcantes e populistas — o segundo período Vargas e a era Kubitschek —, seguidos pela frustração popular, com a renúncia de Jânio Quadros e o exercício frouxo de João Goulart. Não foi contra o que havia de pior nesse governo o movimento de 64, mas contra o seu lado reformista. Mais uma vez o sentido conservador ou reacionário falou mais alto.

É interessante lembrar o período de Castello Branco, do qual fomos espectadores recentes. Muito de quanto acontecera já estava esquecido. É curioso, por exemplo, rememorar como se estabeleceu a eleição indireta e quais seus propósitos casuísticos; como se cuidou de um colégio eleitoral para ganhar disputas, sabidamente perdidas para governo

logo impopular. Por certo, no início, o movimento de março/abril teve cobertura popular: os militares, a direita, os descontentes de sempre, como também amplos segmentos da população, apreensiva com os rumos de um esquerdismo verbal, inoperante de fato. O esquema do radicalismo era sem base e ruiu de todo. Goulart não tinha apoio militar nem sindical, só não lhe faltou o dos estudantes, exatamente o mais frágil. Vitoriosa a derrubada, o governo, à frente do qual foi colocado o general Castello Branco, viu-se comprometido por interesses menores do novo grupo. Ficou evidenciado que a subversão era mais fantasia, de pouca ou nula realidade. As ambições pelo poder se ataçaram, entre civis e militares. Estes não querem mais perdê-lo e aos poucos afastam os rivais. O instrumento de cassação, arbitrário, injusto, retira da vida pública muito do que o País tem de mais notável.

Fizera-se a chamada revolução contra a subversão e a corrupção. Desarticula-se um sistema institucional, aos poucos substituído por outro que garanta a sobrevivência dos detentores. O movimento militar contribuiu para desnacionalizar a economia, através de política econômico-financeira de submissão ao capital externo. Não fosse o seu agente e executante o conhecido diplomata Roberto de Oliveira Campos, gestor do Planejamento e ministro todo-poderoso. Prega-se a grande empresa, o conglomerado econômico; as fusões de grupos e unidades tornam-se moda. Ora, em regime de arbítrio, castrado o Legislativo, sem vigilância, torna-se crescente a corrupção. O aparelho facilitou-a, e seguem-se os escândalos então preparados e contínuos ao longo das presidências militares. A corrupção anterior é nada diante da atual. A revolução muito destruiu e nada criou.

Hoje, vinte anos depois, assiste-se a quadro desolador de falência econômica, financeira, política, ética. Os elementos antigos desapareceram, o policialismo impediu o surgimento de novos. O processo só gerou poucos nomes. Os mais famosos são de triste lembrança: basta citar duas criações máximas, Paulo Maluf e Mário Andreazza. Do descrédito total nada se salva: falta ao poder credibilidade interna e externa; nenhum segmento social o apóia — empresariado, Igreja, trabalhadores, classe média, intelectuais, estudantes, mesmo os militares (os mais lúcidos devem perceber o desgaste do grupo, pela incompetência revelada pelas sucessivas autoridades — plano inclinado em que cada qual é mais despreparado); o custo de vida mata as populações, aumenta a miséria, cresce o desemprego; a palavra oficial é mentira provocadora de riso ou raiva nas manifestações primárias ou nas interpretações que só conseguem agravantes; a inflação e a dívida externa colocam mal o País em face do mundo.

Essas e outras ponderações nos ocorrem com a leitura de **Castello Branco, o Presidente Reformador**. O sacrifício geral não conduziu

a. nada útil. Claro, Foster Dulles não o diz, restrito a seu tema, sem desejo de extrapolação para o presente ( às vezes o faz, como à p. 308, mostrando a fuga à Constituição de 67, quando fala no ditatorialismo do Ato Institucional nº 5 ). A leitura, porém, reavivando a memória, força a reflexão e mostra o estado a que se chegou. O saldo melancólico e arrasador é acabrunhante para qualquer pessoa com o mínimo de sensibilidade. O mais rancoroso inimigo de 64 não poderia imaginar, quando do começo, o ponto de falência a que o movimento chegaria. Aqui, mais uma vez, a realidade foi superior à imaginação. Daí a degradingada geral e a perplexidade e desesperança ante a falta de perspectivas deste 1984 quando se cuida da sucessão. O Brasil perdeu o rumo e pode enterrar-se mais ainda, ante a cegueira e o oportunismo dos ocupantes do poder.

Foi dramático o governo de Castello Branco. Certo, procurou assegurar um mínimo de democracia e decência contra as pretensões dos radicais de direita, supostos donos do golpe e da situação. A linha dura esteve sempre descontente, desejosa de mais perseguição, cassações, um Estado sem nenhum resíduo de ordem liberal. A plenitude do fascismo. Queria mais repressão, tortura, banimento, morte, como chegou a realizar no terceiro período militar. O presidente Castello Branco teve de contornar situações difíceis. Perdeu a luta sucessória: decerto seu candidato era um civil, não um militar ( menos ainda Costa e Silva, que se inventou e foi imposto pela linha dura ). Cedeu várias vezes. Faltou-lhe mais força para enfrentar a onda direitista de certos chefes delirantes. Teve de fraquejar, pois veio na crista do movimento impopular. Foster Dulles apresenta-o como vítima do radicalismo fascista, que lhe teria tolhido melhor ação reformadora. Era fatal que cedesse, pois participara do golpe. Provavelmente suas intenções eram superiores, como acredita seu biógrafo. Não se pode julgar, contudo, o desejo de ser exato, quando a ação obriga ao arbítrio, ao qual chegou tantas vezes. Se Catello Branco, com boas intenções e mais preparo e lucidez que os sucessos, foi forçado a capitulações até desabonadoras, o que se dirá dos seguintes, menos dotados pessoalmente e de menos boa-fé e mais envolvidos em fórmulas cada vez mais temerárias ? Não será fácil escrever sobre esses períodos. Os autores que se dispuseram a tanto, com os propósitos justificativos de Foster Dulles, terão de desdobrar-se em dialética e artifícios. E dificilmente conseguirão algo equiparável ao deste volume, pois a causa vai sendo cada vez mais ingrata. Talvez tente mais a brasilianistas — norte-americanos ou outros — e menos a brasileiros. Quem viver verá.

A presente edição é bem cuidada e apresentada, como é comum na Editora da Universidade de Brasília. Pena seja mal distribuída, difícil encontrar os seus livros. A tradução de Heitor A. Herrera parece bem cuidada; há algumas passagens obscuras, mal escritas ou incorretas

( pp. 98, 140, entre outras, cochilos que não comprometem o texto no todo ). Mais uma obra útil, característica da historiografia brasileira feita no estrangeiro, no que tem de virtude e de defeito. Nela, como se disse, a posição de Foster Dulles é a de média.

( De *Cultura*, supl. de "O Estado de S. Paulo", 18-3-1984. )

\*